



Índice

- 01** Índios desocupam canteiro de obras da usina Belo Monte, no Pará
- 02** Bolsa para universitário dará R\$ 900 a índios
- 03** Tecnologia para divulgar a cultura do indígena é tema de evento na UFSCar
- 04** Antropólogo denuncia fraudes na demarcação de terras indígenas
- 05** Braço da Igreja Católica aponta '\retrocesso\' do Planalto na questão indígena
- 06** CNA avalia positivamente mobilização na audiência pública sobre demarcação de terras indígenas
- 07** Funai perderá atribuição exclusiva de demarcar terras indígenas
- 08** Primeira aluna indígena do curso de nutrição da UnB recebe diploma
- 09** Câmara de Sinop promove Audiência para discutir terras indígenas
- 10** Ministra garante que haverá corte no poder da Funai
- 11** Indígena pede indenização por danos morais em razão de atendimento negligente da Funasa
- 12** Situação do povo Cinta Larga é tema de palestras em Porto Velho

Índios desocupam canteiro de obras da usina Belo Monte, no Pará

SÍTIO DIÁRIO GLOBO.COM, 09.05.2013

Após reunião, cerca de 150 índios saíram do canteiro nesta quinta-feira, 9. Procuradoria da República e Funai participaram de negociação.

Os cerca de 150 indígenas que ocupavam o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, em Vitória do Xingu, no Pará, deixaram o local na noite desta quinta-feira (9). A retirada dos manifestantes ocorreu após três horas de reunião com a procuradora da república Thais Sanches e representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai). A ocupação ocorria desde o último dia 2.

Belo Monte, Pará



O sítio Belo monte, localizado em Vitória do Xingu, abriga a casa de força principal do empreendimento, onde irão funcionar 18 turbinas, com capacidade para gerar cerca de 11 mil megawatts (MW).



Infográfico elaborado em 09/05/2013

Os índios declararam que saíram do Sítio Belo Monte por conta da decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que resolveu, nesta quinta-feira (9), suspender por 24 horas o mandado de reintegração de posse concedido à Norte Energia, empresa responsável pela implantação da Usina. No entanto, a mesma decisão determinou a saída dos manifestantes no mesmo prazo, ou seja, em um dia.

A decisão do TRF acatou a solicitação do Ministério Público Federal (MPF), que pediu a suspensão da reintegração de posse nesta quinta-feira (9).

Alegando que não queriam ser reconhecidos como criminosos, os indígenas disseram ainda que temiam a pressão dos homens da Força Nacional e a possibilidade de um conflito armado, já que estavam na ocupação muitas mulheres e crianças.

Além disso, os indígenas reclamaram da ausência do ministro Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, com quem reivindicavam a negociação.

Po meio de sua assessoria, a Norte Energia informou que não vai se pronunciar sobre o assunto nesta quinta.

Entenda o caso

Cerca de 150 índios ocuparam o sítio Belo Monte, o principal canteiro de obras da usina, no último dia 2 de maio. Eles reclamam da presença militar na região sudoeste do Pará, e alegam que não foram consultados sobre a construção da usina de Belo Monte, cujos impactos seriam irreversíveis para as comunidades da região.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 078 / 2013

Brasília, 10 de maio de 2013.

Na sexta-feira (3), a Norte Energia entrou com o primeiro pedido de reintegração de posse do canteiro, que foi negado pela justiça. Na segunda-feira (6) a empresa fez novo pedido à Justiça Federal, que concedeu a reintegração na quarta-feira (8). Nesta quinta (9), homens da Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e o Comando de Missões Especiais da Polícia Militar aguardavam o recebimento da ordem para cumprir a determinação judicial.

Bolsa para universitário dará R\$ 900 a índios

SÍTIO SURGIU, 09.05.2013

O Programa Nacional de Bolsa Permanência tem o objetivo, segundo o governo, de garantir que os alunos com dificuldades financeiras não deixem de concluir o ensino superior.



Apesar de ainda não saber quantos alunos se enquadram no programa, o governo federal lançou nesta quinta-feira, 9, uma bolsa de auxílio de R\$ 400 para estudantes de universidades e institutos federais que tenham renda média familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa e façam cursos com média de 5 horas diárias de aula. Para indígenas e quilombolas, o valor é maior: R\$ 900.

O Programa Nacional de Bolsa Permanência tem o objetivo, segundo o governo, de garantir

que os alunos com dificuldades financeiras não deixem de concluir o ensino superior. "Em algumas áreas, como o mercado de trabalho está muito aquecido, os alunos acabam abandonando a faculdade para ir trabalhar mais cedo, o que não interessa ao Brasil", afirmou o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

O ministério estima que o pagamento começará a ser feito em junho, após credenciamento dos alunos. O valor da bolsa será repassado mensalmente, por meio de cartões do Banco do Brasil. Segundo o ministro, o uso do cartão trará transparência e agilidade. "É um novo padrão de administrarmos bolsas", disse.

A bolsa será concedida por um período de até um ano a mais que a duração oficial da graduação. Isso quer dizer que se um aluno levar seis anos para concluir um curso que dura cinco anos, ele receberá o auxílio durante todo o período. A Bolsa Permanência não pode ser acumulada a auxílios das universidades devido às condições econômicas dos estudantes. Já as bolsas de iniciação científica, por exemplo, poderão ser recebidas sem prejuízo. Podem se inscrever inclusive os alunos que não ingressaram por cotas, mas que se enquadram nos critérios de renda e carga horário.

Orçamento

O ministério da Educação não informou quantos alunos se enquadram no programa e tampouco qual o valor destinado ao Bolsa Permanência. "Como é uma opção do estudante solicitar adesão ao programa, não podemos dizer quanto de recurso vamos colocar", disse o secretário de ensino superior do Ministério da Educação, Paulo Speller. "O MEC tem disponibilidade de recurso para atender toda a demanda", garantiu.

CONT.



Segundo Speller, há hoje pouco mais de 1 milhão de estudantes matriculados em universidades e institutos federais no Brasil. Desse total, cerca de 120 mil fazem cursos que se enquadram na carga horária exigida pelo programa. O ministério não sabe, entretanto, quantos deles são de baixa renda. "Não temos ainda quantos têm renda média salarial na família inferior a 1,5 salário mínimo", disse.

Indígenas

Para receber o recurso, os indígenas e quilombolas terão apenas que comprovar sua origem. "A comunidade tem que reconhecê-lo", explicou Speller. A diferença no valor da bolsa existe porque, segundo ele, "as demandas são diferenciadas".

Mercadante afirmou que a pobreza é maior para esses grupos e que eles têm mais dificuldade de acesso aos grandes centros. "Jovens indígenas que vivem nas aldeias e vêm estudar na universidade não têm apoio de família naquele município e eles precisam voltar para a aldeia, que ficam em regiões remotas, então precisamos ter reforço maior. E o mesmo se estende para os quilombolas."

Durante cerimônia em Brasília, foram assinadas a portaria que cria o Programa Nacional de Bolsa Permanência e a resolução que estabelece regras para pagamento de bolsas no âmbito do programa. Na segunda-feira, estará disponível um manual no site do Ministério da Educação para orientar estudantes e universidades a fazer os registros. Deve ser lançado ainda em maio, segundo Mercadante, um programa de apoio acadêmico aos estudantes com baixa renda. "Precisamos de tutores para fazer o nivelamento de alunos que vêm da escola pública com algum nível de deficiência", disse.



Tecnologia para divulgar a cultura do indígena é tema de evento na UFSCar SÍTIO GLOBO.COM, 09.05.2013

Tradições agora também estão em livros, computadores, tablets e celulares. 'É importante o índio escritor escrever a própria história', diz Olívio Jekope.

Índios de todo o Brasil participam de um encontro sobre a literatura indígena na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O evento mostra como os indígenas estão utilizando a tecnologia para disseminar sua cultura. As histórias, antes restritas à memória dos mais velhos e na tradição oral, agora também estão nos livros, computadores, tablets e celulares. O encontro vai até sábado (11) na UFSCar e é aberto ao público.

Olívio Jekope, que veio de uma aldeia Guarani, é escritor e têm 15 livros publicados. "As nossas crianças vão precisar ler também. Então que leiam os livros dos autores indígenas, pois não adianta a gente ir buscar na cidade os livros dos não índios, porque a nossa criança vai ler uma história que não tem nada a ver com a gente. Então é importante o índio escritor escrever a sua própria história", afirmou Jekope.



O índio Olívio Jekope diz que não vive mais sem a tecnologia (Foto: Felipe Lazzarotto/EPTV)

Os índios estão cada vez mais ligados à tecnologia do homem branco. Já utilizam máquinas fotográficas, notebook e celulares. Para Jekope, já não dá mais para viver sem esses recursos. "A tecnologia do branco, se a gente vê que é coisa boa, por que não usar? Os brancos usam as nossas coisas e nunca fez mal. Então precisamos saber aproveitar, dos dois lados", disse. "Escrevia com caneta e papel. Hoje não escrevo mais à caneta. Tudo no computador", contou.

Segundo a jornalista indígena Naine Terena, a tecnologia não é apenas o eletrônico ou o que vem da comunicação. "Várias outras coisas são tecnologias.

E os indígenas têm tecnologias próprias. Por exemplo, dormir em uma rede. As redes são uma tecnologia indígena milenar. Levar um computador para uma aldeia, e até mesmo a escola, são tecnologias que estão entrando nas comunidades", explicou Naine.

Daniel Munduruko é pós-doutorando na UFSCar e veio de uma aldeia no Pará. Ele já escreveu mais de 40 livros. "Nós somos de tradição oral, nos falamos, temos o conhecimento na nossa cabeça e transformamos isso em palavras e discursos. Agora a escrita já é um salto muito grande para a gente. Escrever livros é um salto maior ainda", ressaltou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 078 / 2013

Brasília, 10 de maio de 2013.

Os livros de Munduruko também podem ser lidos pela internet, nas telas de computadores, tablets e celulares. “Estamos dispostos a conviver com essa sociedade tão tecnológica e globalizada, com a mesma competência e com a mesma dignidade que a tecnologia pode nos oferecer”, disse.

Antropólogo denuncia fraudes na demarcação de terras indígenas

SÍTIO O NACIONAL, 09.05.2013

Interesses econômicos de ONGs na liberação de recursos públicos estariam por trás da liberação de laudos antropológicos



A polêmica sobre a demarcação de terras indígenas no Brasil ganhou um novo capítulo nesta quarta-feira (8) com a visita do antropólogo Edward Luz, que entregou à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) documentos que comprovariam fraudes em pelo menos 17 processos conduzidos pela Funai. As denúncias indicam que dezenas de laudos antropológicos utilizados para desapropriar milhares de produtores rurais contêm graves irregularidades. Para justificarem a presença de comunidades indígenas tradicionais em determinada área, os antropólogos contratados

pela Funai teriam se valido de expedientes pouco convencionais, como a importação de índios de outros países, a catequese etnogênica e o atendimento de interesses de ONGs na liberação de vultuosos recursos públicos.

Com a experiência de alguém que já trabalhou para o governo na elaboração de laudos utilizados na demarcação de terras indígenas, Edward Luz explica que chegou a hora de mostrar aos brasileiros uma face pouco conhecida da Funai. Ele explica que a raiz central de todos os problemas está na falta de transparência no sistema de demarcações, "que vem permitindo uma série de manipulações. A Funai detém o monopólio completo do processo, porque é ela quem promove, recebe as contestações e julga a validade delas", explica Luz. Segundo ele, o esquema de corrupção começou a ser montado há 25 anos, com a infiltração e o aparelhamento de grupos radicais de esquerda e 'ongueiros', que viram no órgão um campo fértil para a implantação de um projeto ambientalista e preservacionista. "Só que a demarcação que está sendo proposta estabelece uma reforma agrária às avessas, com a retirada da terra de muita gente para dar para poucos", argumenta.

O que era apenas ideologia acabou virando um grande negócio para ONGs, associações indígenas e organizações de suporte aos territórios criados, explica Edward. Segundo ele, entidades nacionais recebem recursos de ONGs estrangeiras para promoverem as demarcações de solo nacional. "Essa é uma acusação grave, porque estão tirando terra de cidadãos brasileiros sem indenização. O produtor não pode produzir, o índio não pode comercializar, não

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 078 / 2013

Brasília, 10 de maio de 2013.

se pode extrair minério nem utilizar aqueles recursos hídricos. Se o impacto social é forte, o impacto estrutural é maior ainda”, revela o antropólogo. Luz ressalta que a versão esquerdista e preservacionista da Funai está fortemente influenciada por uma ideologia internacional e tem prevalecido sobre as demarcações conduzidas de maneira técnica e democrática. “Até agora não sabemos calcular quanto o país está sendo prejudicado com essas amarras ao desenvolvimento, que afeta a construção de ferrovias, rodovias, hidrelétricas e a extração de minérios”, lamenta.



Braço da Igreja Católica aponta '\retrocesso\' do Planalto na questão indígena
SÍTIO FOLHA DO MS, 09.05.2013

Braço da Igreja Católica, o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) chama de "retrocesso histórico" a proposta do governo federal de criar um novo modelo de demarcação de terras indígenas com a participação de outros órgãos além da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Esse plano do governo foi revelado nesta quarta-feira (8) pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara. Segundo a ministra, o novo modelo deve ser anunciado pelo governo até o fim do primeiro semestre.

A demarcação faz parte do processo de reconhecimento de uma terra indígena.

Um antropólogo reconhecido pela Funai começa o processo realizando estudos antropológicos para identificar se a terra é de ocupação indígena. Se a Funai aprova o relatório, o Ministério da Justiça publica portaria determinando a demarcação da terra. Por último, o presidente homologa a demarcação e a terra é registrada em cartório.

Para César Buzatto, secretário-executivo do Cimi, a medida atende a interesses da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e da bancada ruralista do Congresso Nacional.

"Estão pressionando para que haja uma moratória [suspensão] nos procedimentos de demarcação das terras indígenas", afirmou.

Ele avalia que essa mudança é para "impedir" as demarcações.

"Introduziria outros atores que teriam esse papel de inviabilizar as demarcações, que já são extremamente demoradas, o que acaba potencializando os conflitos", disse Buzatto.

O representante do Cimi defende uma maior estrutura para a Funai agilizar os procedimentos de demarcação de terras indígenas e diz que o governo não tem dado condições para isso.

Em sua avaliação, a possível saída da presidente do órgão, Marta Maria Azevedo, serviria também para desestabilizar a questão indígena.

"Alguns ministros estão submetendo a Funai a um processo de deslegitimação, o que é bastante temerário e benéfico aos fazendeiros", disse.



CNA avalia positivamente mobilização na audiência pública sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO CLICK HOJE, 09.05.2013

Foi bem sucedida a mobilização de mais de mil produtores rurais que vieram a Brasília, nesta quarta-feira, acompanhar a audiência pública da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do advogado geral da União, Luís Adams, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, sobre o processo demarcatório de terras indígenas conduzido pelo governo. Depois de ouvir os parlamentares, a ministra comprometeu-se a apresentar, até o final do semestre, uma definição sobre os procedimentos para demarcação de terras indígenas no Brasil.

Segundo a ministra, as regras para futuras demarcações serão definidas com novos critérios para a realização de estudos e laudos antropológicos. Isso atende, apenas em parte, as expectativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A entidade defende o julgamento dos embargos declaratórios à decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da terra indígena Raposa Serra do Sol e a suspensão de todos os processos demarcatórios até que esse julgamento ocorra.

Para a CNA, o quadro de insegurança foi agravado com a suspensão da Portaria 303 pela Advocacia Geral da União (AGU). Por isso, reivindica agora a sua revalidação, para que as 19 condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento Raposa Serra do Sol voltem a ser cumpridas, sobretudo pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Na audiência, o Advogado Geral da União foi muito cobrado pelos deputados por ter suspenso a Portaria que obrigava o cumprimento da condicionante de nº 17, vedando a ampliação de terra indígena já demarcada.

Os parlamentares defenderam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que estabelece competência exclusiva do Congresso Nacional para a aprovação de demarcação de terras indígenas. A CNA mantém a expectativa de aprovação desta PEC, mas, assim como os deputados que participaram do debate na Comissão, entende que a tramitação de uma emenda à Constituição é sempre muito demorada diante da urgência de uma solução que restabeleça a paz no campo. Por isso, todos insistiram na volta da Portaria 303.

Nesse sentido, a CNA também pediu à Suprema Corte que redistribua a relatoria da petição 3.388, cuja decisão representou marco significativo na definição do regime jurídico da demarcação de áreas indígenas no País. Com a aposentadoria do ministro Carlos Ayres Britto, o posto de relator da petição está vago há quase seis meses, impedindo o julgamento dos embargos apresentados.

Segundo a ministra Gleisi, as regras para a demarcação de terras indígenas estão sendo discutidas por um grupo de trabalho do Poder Executivo. O governo federal está construindo um sistema de informações para prevenção e gestão de conflitos fundiários no País, em parceria com vários órgãos, entre os quais a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e os ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e Cidades. A Funai é a responsável pela delimitação destas áreas e tem trabalhado a partir de estudos antropológicos, cuja seriedade foi questionada por parlamentares da Comissão de Agricultura.



Funai perderá atribuição exclusiva de demarcar terras indígenas

SÍTIO CERPCH, 09.05.2013

O compromisso assumido pelo governo diante da bancada ruralista e dos 2 mil produtores rurais que protestaram durante todo o dia em volta do Congresso Nacional carrega decisões que mexem profundamente com o processo de demarcação de terras indígenas no país. São medidas com consequências ainda pouco claras, mas que já geraram um resultado imediato: a tensão aumentou.

Depois de mais de seis horas de discussão com parlamentares na Câmara, em uma audiência regada a bate-boca e protestos apelativos, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, garantiu que o governo publicará, até o fim deste semestre, uma nova regulamentação sobre a demarcação de terras indígenas. O que Gleisi prometeu muda completamente a lógica de demarcação. Essa atribuição, que até hoje é uma exclusividade da Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), passa a ter novos filtros. Os dados da Funai não serão mais suficientes para que o MJ dê a homologação de uma terra, bastando então a assinatura da presidência. Agora, eles terão de ser confrontados com informações levantadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e ainda passarão pelo crivo dos ministérios da Agricultura, Cidades e Desenvolvimento Agrário. Para os ruralistas, é um avanço, ainda que não corresponda ao que realmente desejavam. Para os índios, trata-se de um retrocesso total.

Ao ler um texto repleto de frases de efeito, como "o futuro jamais repetirá o passado" e "o tempo é aliado do avanço", Gleisi tentou apaziguar os ânimos dos ruralistas, ressaltando a importância da agricultura e também dos direitos dos indígenas, que até hoje sofrem por conta de indefinições sobre seus territórios. Não colheu muito sucesso. Os ruralistas também afinaram seus discursos em casa. Em meio a protestos de "omissão" do governo e de um linchamento público da Funai, o clima ficou tenso durante todo o debate, com direito a atuações cenográficas como a do deputado Vilson Covatti (PP/RS), que ficou de pé, apontou o dedo para Gleisi e, aos gritos, disse que as demarcações só avançarão "se for por cima do meu cadáver".

Irritada, Gleisi chegou a dizer que não admitia que dissessem o governo ignorava a importância da agricultura para o país, como afirmou o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), um dos responsáveis pela convocação (e não convite) da ministra para prestar esclarecimento à Comissão de Agricultura da Câmara.

Apesar do clima de descontentamento, os ruralistas conseguiram ainda uma segunda vitória. A suspensão do processo de demarcação de terras indígenas no Paraná tomada pela Casa Civil - decisão que se baseou em levantamentos feitos pela Embrapa - tornou-se um precedente para que deputados de vários Estados pleiteassem a paralisação imediata de todos os processos de demarcação em andamento no país. Gleisi afirmou que estudos semelhantes já estão em andamento no Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Outros Estados, como Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais, aproveitaram para fazer o mesmo pedido. Ficou

CONT.



ascertado que as solicitações serão enviadas à Comissão de Agricultura.

Os parlamentares pressionaram para que todos os processos de demarcação fossem suspensos, até que se defina claramente os novos critérios para distribuição de terras. A ministra, porém, disse apenas que o governo vai estudar "estudar caso a caso". Uma das principais dúvidas, neste momento, está em como se dará a tomada de decisão. O governo pretende criar o tradicional "grupo de trabalho", que se encarregará de analisar as informações obtidas pelas diferentes fontes de dados que alimentarão o processo de demarcação. Não ficou claro, porém, quem dará a palavra final, e como.

Durante todo o tempo, os ruralistas cobraram o avanço da proposta de emenda constitucional (PEC 215), que retira da Funai a atribuição de demarcar terras indígenas, passando essa missão para as mãos do Congresso. O governo não concorda com a proposta. Eles também insistiram na reedição da portaria 303, da Advocacia-Geral da União que abre as terras já demarcadas para implantação de projetos de infraestrutura e mineração. O governo, no entanto, reiterou que a aprovação da portaria está condicionada à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre as ações condicionantes da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, as quais não tiveram um acórdão decisivo até hoje.

Ontem, durante a audiência, um grupo de aproximadamente 30 índios chegou a acompanhar a audiência na Câmara. Houve protesto durante os discursos. Eles deixaram a sessão aos gritos. Fora do prédio, cerca de 2 mil ruralistas gritavam pela instalação da CPI da Funai. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Homero Pereira (PSD-MT), queria entregar o pedido para instalação da CPI ainda ontem, mas deixou para a próxima semana. Os parlamentares dizem ter mais de 200 assinaturas para instalar a CPI. O número mínimo exigido é de 171 adesões. "A CPI será feita de qualquer forma. Ela é um mecanismo de pressão sobre o governo", disse o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS).

A reação dos índios, afirmam os principais movimentos do setor, já está a caminho. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) declarou que o governo "assume publicamente uma posição abertamente preconceituosa e discriminatória contra os povos indígenas". O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifestou "perplexidade e profunda contrariedade" com a decisão de mudar o processo de demarcação e que se trata de uma decisão "absurda e de caráter inconcebível e inadmissível".

"Ao não cumprir com suas obrigações constitucionais, o governo brasileiro assume a responsabilidade pelos conflitos decorrentes da sua omissão", alertou o Cimi.



Primeira aluna indígena do curso de nutrição da UnB recebe diploma

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 09.05.2013

Leonarda Ferreira da Costa, da etnia pataxó, pretende empregar seu conhecimento em aldeias indígenas

A última turma de formandos em nutrição da Universidade de Brasília tinha, entre os alunos, uma jovem de estatura baixa e sorriso radiante. Leonarda Ferreira da Costa, da etnia pataxó, era a primeira indígena a se formar no curso pela instituição.

Quando saiu da cidade de Cumuruxatiba, no sul da Bahia, com 19 anos, Leonarda não tinha certeza do que a aguardava em Brasília. Mas sabia que a decisão mudaria os rumos da família. "Ninguém tinha feito faculdade na minha família, eu fui a primeira", conta a jovem nutricionista. A iniciativa de Leonarda também chamou atenção na cidade, povoada por ribeirinhos e indígenas. Até então, apenas duas pessoas haviam saído para cursar faculdade. "Foi um estímulo para os outros", diz.

Antes de ser aprovada em uma das melhores universidades do país, Leonarda prestou vestibular em outras instituições. "Eu sempre pensei em continuar estudando, aí tentei Letras". Foi então que ouviu falar sobre o sistema de cotas para indígenas da UnB. Resolveu fazer as provas e passou no vestibular para o curso de Nutrição.

Os anos cursando a graduação longe de casa não foram fáceis. "Eu não achei que ia ser tão difícil, mas a distância complicou tudo. Só ia para casa duas vezes ao ano", conta. A relação com os demais alunos foi outro obstáculo. "Existe uma retração por parte dos estudantes, por desconhecer o viver, a educação, o meio onde [os alunos indígenas] vivem", explica a professora Regina Alves, do curso de Nutrição. Mas a professora garante que eles são os alunos mais interessados. "A gente [professor] estuda bastante, pesquisa e ninguém pergunta nada pra gente. Já eles [os alunos indígenas] não, ficam escutando com toda a atenção, estão interessados em aprender e isso é o que mais me motiva", diz.

Sobre Leonarda, a professora ressalta: "Foi uma aluna muito interessada e responsável", lembra a docente. Agora, a mais nova nutricionista da UnB pretende se especializar. "É bom estudar mais para poder melhorar. Vou tentar o mestrado", conta. Outro desejo da profissional é ingressar no mercado de trabalho, na área de políticas públicas para a população indígena. "O mercado voltado a eles é muito bom, porque carece de pessoas", conclui a professora.

Atualmente, a Universidade de Brasília possui 55 alunos indígenas em cursos como Agronomia, Enfermagem e Obstetrícia, Engenharia Florestal, Medicina e Nutrição. O primeiro vestibular específico para indígenas aconteceu em 2005, após parceria firmada com a Fundação Nacional do Índio (Funai).



Câmara de Sinop promove Audiência para discutir terras indígenas

SÍTIO CELEIRO DO NORTE, 09.05.2013

A Câmara de Sinop vai realizar uma audiência pública para debater a demarcação de terras indígenas. O evento será no dia 24, às 18h, no plenário Jorge Abreu. Vereadores das cidades das regiões Norte e do Araguaia, além do presidente da Subcomissão Especial de Demarcação de Terras Indígenas da Câmara Federal, deputado Nilson Leitão (PSDB), confirmaram presença.

O presidente do legislativo sinopense, Dalton Martini (PP), explicou que decidiu organizar a Audiência Pública por conta dos recentes conflitos nas duas regiões e pela falta de resolução dos problemas por parte da União e da Fundação Nacional do Índio (Funai). "É uma situação preocupante em Mato Grosso e até agora nós, a população afetada diretamente, não nos pronunciamos sobre nada disso. Só ouvimos e aceitamos. Nossa intenção é discutir o tema e no fim declarar apoio à PEC 215", adiantou.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que tramita no Congresso Nacional, transfere ao Legislativo Federal a responsabilidade de aprovar a demarcação das terras indígenas. A audiência conta com apoio da União das Câmaras Municipais de Mato Grosso (UCMMAT) e da Assembleia Legislativa.



Ministra garante que haverá corte no poder da Funai

SÍTIO ESTADO DE MINAS, 09.05.2013

Em meio à pressão de deputados ruralistas, ministra aponta falhas da fundação e anuncia a reformulação do sistema de demarcação de terras indígenas. Decisões serão descentralizadas

Durante audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, prometeu nessa quarta-feira apresentar um novo modelo de demarcação de terras indígenas no Brasil até o fim deste semestre. O futuro formato esvazia os poderes da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão que, constitucionalmente, é responsável por estabelecer os limites das reservas. Diante da pressão da bancada ruralista, ela acabou reconhecendo fragilidades da fundação e a ausência de critérios mais claros para as delimitações. O Palácio do Planalto decidiu intervir nos trabalhos conduzidos pela cúpula da Funai por avaliar negativamente a gestão da atual presidente, Marta Maria de Azevedo. Entre as falhas, Gleisi citou a incapacidade do órgão na gestão de conflitos.

Assim como ocorreu no Paraná, as demarcações podem também ser suspensas em Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, embora ainda não haja prazo estipulado. A ministra salientou que o Brasil precisa de "informações qualificadas" para definir as localidades e a extensão de territórios indígenas. O novo sistema de informações para delimitar as reservas contará com a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura.

"Se estamos propondo um procedimento no qual outros órgãos e o Estado brasileiro possam ter interferência nos estudos e qualificá-los, temos que ter informações sobre a presença de indígenas, quando eles estiveram ali, por quanto tempo e a produtividade (do terreno). Temos que ter informações qualificadas para a tomada de decisões", declarou Gleisi. Ela ainda reconheceu as falhas do governo para fixar os limites atualmente. "Delegamos única e exclusivamente à Funai a responsabilidade por estudos e demarcação de terras. Nem sempre estabelecemos procedimentos claros e objetivos dentro desse processo", afirmou.

Durante a audiência, houve momentos tensos. A ministra subiu o tom ao ser questionada pelo deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), presidente interino da Frente Parlamentar da Agropecuária, se o governo federal realmente se preocupava com a agricultura – antes da audiência, manifestantes ligados ao setor do agronegócio fizeram um protesto em frente ao Congresso, criticando a Funai. "Não admito que o senhor questione a seriedade do governo. Não admito que questionem qual a importância da agricultura para o governo. A importância é enorme. Não viemos para o embate entre governo e agricultura", ressaltou.

Segundo a ministra, os critérios vão ficar mais claros a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos recursos relativos à reserva Raposa do Sol, em Roraima. "Tenho certeza de que o Supremo, órgão responsável por essa decisão, não deixará a nação por muito mais tempo sem a orientação devida, explicitando à sociedade e ao governo o caminho a

CONT.



seguir”, disse.

Em março de 2009, o STF julgou o processo de demarcação e criou diretrizes para nortear outros casos envolvendo a delimitação de territórios indígenas. Essas normas motivaram a emissão de uma portaria da Advocacia Geral da União (AGU), que acabou suspensa até a palavra final da Suprema Corte.

Presidente fica Em meio à tensão entre o Planalto e a Funai, o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, negou que o governo tenha a intenção de afastar a presidente da fundação, Marta Maria de Azevedo. “Nós vamos trabalhar, a presidente da Funai está muito empenhada com isto. Não é verdade que a Marta vá ser demitida, não procede, nós seguiremos trabalhando”, afirmou Carvalho. A presidente da Funai está na berlinda desde a semana passada, quando Dilma foi vaiada em Campo Grande por produtores rurais que protestavam contra os critérios do órgão para delimitar áreas destinadas a reservas indígenas. Na terça-feira, o Planalto fez a primeira intervenção na fundação, ao paralisar o processo de demarcação de terras no Paraná. O movimento agradou a ala ruralista do Congresso.

Por outro lado, Carvalho acenou na direção dos índios ao expor o posicionamento contrário do governo em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a responsabilidade sobre a demarcação de terras indígenas. “Há outras formas de ampliar esse diálogo”, disse o ministro. Em 16 de abril, centenas de índios invadiram o plenário da Câmara em protesto contra a tramitação da PEC.



Indígena pede indenização por danos morais em razão de atendimento negligente da Funasa

SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 10.05.2013

Um indígena da aldeia Sagarana, em Guajará-Mirim, está processando a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por danos morais, em decorrência da negligência que sofreu em tratamento de saúde. O indígena está sendo representado pela Defensoria Pública da União (DPU), após intermediação do Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO).

A negligência ocorreu em junho de 2008, quando a Funasa era o órgão público responsável pelo atendimento de saúde aos indígenas. Ao construir uma canoa, o indígena lesionou o pulso e procurou tratamento na Casa Apoio à Saúde Indígena (Casai) de Guajará-Mirim. Atendido por uma enfermeira, o indígena recebeu alta e retornou para a aldeia, onde continuou com as dores no punho e sem poder usar a mão direita.

Em novembro daquele ano, o indígena retornou à Casai, sendo atendido por uma médica, que prescreveu encaminhamento urgente a um ortopedista. A médica solicitou o encaminhamento do paciente para Porto Velho. Entretanto, não houve o encaminhamento do indígena para o médico especialista.

O indígena recorreu ao MPF/RO. O órgão instaurou um inquérito civil público para apurar as deficiências no atendimento ao indígena. Em informações prestadas pela Funasa ao MPF/RO consta que não houve o tratamento de saúde do indígena. Segundo o MPF/RO, "em desobediência à prescrição médica, o servidor da Casai encaminhou o indígena para a aldeia, impondo, com isso, obstáculos ao seu adequado tratamento de saúde".

Por se tratar de assunto individual, o caso foi encaminhado para a DPU a fim de que aquele órgão fizesse a defesa dos direitos do indígena. A DPU é o órgão que tem por finalidade defender os direitos e interesses dos necessitados. Desta forma, o indígena está sendo representado judicialmente pela DPU em uma ação por danos morais contra a Funasa. Se condenada, a Funasa deverá pagar indenização ao indígena, em valores que serão fixados pela Justiça Federal.

Interesse coletivo

Segundo o procurador da República Raphael Bevilaqua, diversas situações semelhantes são verificadas no atendimento prestado aos indígenas e muitas são as deficiências dos serviços públicos, especialmente em se tratando de saúde.

Em razão disso, o MPF/RO tem se empenhado para obter melhores condições de atendimento dos órgãos públicos aos indígenas, por meio de inquéritos, ofícios, recomendações, reuniões com os responsáveis por políticas públicas, participação em assembleias indígenas, reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena e adoção de medidas judiciais.



Situação do povo Cinta Larga é tema de palestras em Porto Velho

SÍTIO RONDONOTÍCIAS, 09.05.2013

Procurador da República Reginaldo Trindade fará palestra hoje na Faculdade Católica



Na noite de hoje, 9 de maio, o procurador da República Reginaldo Trindade estará na Faculdade Católica para proferir palestra sobre a situação do povo indígena Cinta Larga. O público será formado por alunos do curso de Direito. Na noite de ontem, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o procurador também falou sobre o tema durante o Painel Povos Indígenas e Justiça, promovido pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal (Unir) e a Escola Superior de Advocacia, da OAB.

Segundo Reginaldo Trindade, os índios da etnia Cinta Larga vivem em situação dramática. "Passados vários anos desde o início do garimpo ilegal de diamantes na terra indígena, até hoje o Governo Federal ainda não conseguiu conceber estratégias que possam tirar os índios da condição de reféns do crime organizado. A omissão governamental tem custado caro ao Povo Cinta Larga, mas os problemas parecem invisíveis aos olhos da Nação", disse.

Em 16 de abril, durante uma reunião pública sobre o povo Cinta Larga, o MPF/RO fez um chamado para que a sociedade civil se mobilizasse em favor destes indígenas. Representantes de instituições públicas e entidades da sociedade civil atenderam ao chamado, dando origem ao Grupo Clamor (Cinta Larga: Amigos em Movimento pelo Resgate). Os participantes do grupo terão como objetivo buscar e propor soluções, em conjunto com os indígenas, para alertar o Governo Federal e ajudar a mudar a situação de todo o povo tradicional.

Na noite de ontem, o presidente da OAB/RO, Andrey Cavalcante de Carvalho, frisou que a Comissão de Direitos Humanos da Ordem é parceira desta causa e se dedicará para somar esforços com o MPF/RO em prol daquele povo indígena.